

DIMENSÕES ANTAGÔNICAS AO PROCESSO DE HEGEMONIZAÇÃO DAS POLÍTICAS-PRÁTICAS CURRICULARES DA ATUALIDADE

Stephanie Kristina Barbosa da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
<https://orcid.org/0000-0002-9666-9467>

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida
Universidade Federal de Pernambuco
<https://orcid.org/0000-0002-3577-1716>

Hellida Beatriz de Lima Marinho
Universidade Federal de Pernambuco
<https://orcid.org/0000-0002-3874-123X>

RESUMO:

Este artigo se insere no campo das discussões sobre o currículo e as políticas-práticas curriculares e objetivou compreender as dimensões de hegemonização das políticas curriculares nas produções científicas da atualidade. Para tanto, dialogamos com autores como Araujo e Lopes (2021) e Frangella (2021), para a compreensão do currículo enquanto um espaço de negociação de significações, sendo esse precário e provisório. A análise dos dados tomou como lente teórico-metodológica a Teoria do Discurso (Laclau; Mouffe, 2015). A partir da análise de dados, identificamos o currículo enquanto um campo de disputas políticas, atravessado por uma dimensão hegemônica que busca uma ordem social. Nessa linha, as bases comuns curriculares operam em uma lógica de aproximação com a perspectiva empresarial, produzindo efeitos danosos para o processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, na contramão das tentativas de estabilização, o cotidiano escolar é atravessado por discursividades outras, produzindo novos sentidos e formas de se fazer currículo.

Palavras-chave: Currículo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas curriculares. Teoria do Discurso.

Abstract

This article is inserted in the field of discussions about curriculum and curricular policies-practices and aims to understand the dimensions of hegemonization of curricular policies in current scientific productions. We dialogued with authors such as Araujo and Lopes (2021) and Frangella (2021), for the understanding the curriculum as a space for negotiating meanings, which is precarious and provisional. The analysis took Discourse Theory as a theoretical-methodological lens (Laclau; Mouffe, 2015). From data analysis, we identified the curriculum as a field of political disputes, crossed by a hegemonic dimension that seeks a social order. In this way, the common curricular bases operate in a logic of approximation with the business perspective, producing effects for the teaching-learning process. However, contrary to attempts at stabilization, the daily school life is crossed by other discourses, producing new meanings and ways of creating an another curriculum.

Keywords: Curriculum. Curriculum policies. Discourse Theory.

Resumen

Este artículo se inserta en el campo de las discusiones sobre currículo y políticas-prácticas curriculares y tiene como objetivo comprender las dimensiones de hegemonización de las políticas curriculares en las producciones científicas actuales. Dialogamos con autores como Araujo y Lopes (2021) y Frangella (2021), para la comprensión del currículo como un espacio de negociación de significados, precario y provisorio. El análisis tomó la Teoría del Discurso como lente teórico-metodológica (Laclau; Mouffe, 2015). A partir del análisis de los datos, identificamos al currículo como un campo de disputas políticas, atravesado por una dimensión hegemónica que busca un orden social. De este modo, las bases curriculares comunes operan en una lógica de aproximación con la perspectiva empresarial, produciendo efectos para el proceso de enseñanza-aprendizaje. Sin embargo, contrariando los intentos de estabilización, la cotidianidad

escolar es atravesada por otros discursos, produciendo nuevos significados y formas de creación de otro currículo.

Palabras clave: Currículo. Políticas curriculares. Teoría del discurso.

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se inscreve no campo do currículo e das políticas-práticas curriculares, onde buscamos ampliar os debates em torno do entendimento sobre os processos de hegemonização de sentidos que permeiam o currículo, as políticas educacionais e, conseqüentemente, nas tentativas de padronização curricular, alicerçadas em significações em torno da qualidade da educação na atualidade.

Nessa linha, este estudo faz parte de uma pesquisa maior¹ e é parte de um projeto de cooperação internacional², onde ambos se inscrevem no debate nacional e internacional sobre os rumos das políticas curriculares, do currículo e da formação de professores. Salientamos também que esses estudos se aproximam da perspectiva pós-estrutural, na qual tomamos a Teoria do Discurso como lente teórico-metodológica e analítica das políticas-práticas curriculares articuladas às práticas docentes, considerando a pluralidade de sentidos hegemônicos que permeiam o contexto escolar.

Os sentidos dados ao currículo enquanto *significantes vazios* – aqui compreendidos, de acordo com Burity (2014), enquanto *lócus* de atos de identificação, atravessados por uma multiplicidade de articulações de significações, sem que nenhum deles se estabilize como sentido unívoco –, são provenientes da articulação de demandas dos grupos e atores sociais, sendo um “particular que se hegemoniza” (Lopes; Macedo, 2021, p. 1) a partir da dinâmica

¹Esta pesquisa faz parte dos projetos intitulados “Configurações de políticas e práticas curriculares e avaliativas: entrecruzando diferentes contextos nos cotidianos de professores da educação básica” (Financiado pela Chamada Pública Universal MCTI/CNPq Nº 28/2018) e “Movimentos discursivos de negociações das políticas- práticas curriculares em diferentes contextos” (Financiado pela Chamada Pública CNPq Nº 09/2023). As pesquisas contam com a participação de pesquisadoras estrangeiras e brasileiras, bem como a participação de estudantes em nível de mestrado, doutorado e iniciação científica.

²Pesquisa intitulada “Políticas e Práticas curriculares em diferentes contextos: sentidos de infância e profissionalidade docente em debate na Educação Básica e na formação de professores no agreste pernambucano, no Rio de Janeiro e na cidade do Porto”.

política e das relações de poder que se estabelecem em um determinado contexto.

A rede política “possibilita discursos se sedimentarem criando uma realidade suposta como irrefutável” (Araujo; Lopes, 2021, p. 4). Nesse sentido, entendemos hegemonia enquanto “um conjunto particular de efeitos políticos dos discursos, que constituem a estabilidade ideológica do social pela fixação do processo de significação, que, de outro modo, seria inexaurível” (Sales, 2018, p. 105), que operam na constante tentativa de defesa de valores e da universalização desejada para manutenção de uma determinada ideologia.

Na atualidade, os debates hegemônicos em torno do currículo e das políticas-práticas curriculares possuem uma profusão de narrativas que tomam os sentidos do que vem a ser currículo enquanto meio de “salvação” da escola pública, tomando como premissa um ideal de qualidade e garantia de acesso à educação.

Dessa forma, a afirmação de uma falta de qualidade da educação e a “consequente crise socioeducacional atinente a essa falta de qualidade vêm garantindo a articulação de múltiplas demandas que se supõem ter seu atendimento impossibilitado pela crise instaurada” (Lopes; Macedo, 2021, p. 2). Por isso, essas políticas são conhecidas por atuarem a partir de uma lógica empresarial, restringindo o debate em torno do currículo a uma preocupação metodológica e a possibilidade de mensuração da aprendizagem dos estudantes.

Ao tomar como principal objetivo o reestabelecimento do funcionamento da educação pública, os discursos que tentam estabilizar os sentidos de currículo apostam na sua padronização, conferindo uma suposta igualdade de acesso a saberes relevantes para um ideal de formação humana. Nesse modelo curricular emerge uma série de transformações no funcionamento da escola, que não se limitam somente ao currículo, mas também perpassam a avaliação e o trabalho docente, tendo em vista que estes processos estão imbricados no cotidiano da sala de aula.

Em contrapartida, considerando a pluralidade e precariedade do contexto e das relações que nele existem, admite-se também a existência de constantes

disputas políticas em torno da tentativa de significar e hegemonizar sentidos. Araujo e Hypolito (2018) ressaltam que os movimentos hegemônicos surgem a partir de uma construção discursiva em meio a essas disputas. Por isso, a tentativa de hegemonização também resulta em um movimento de saturação gradativa de significações outras na esfera contextual, ou seja, um constante ato de diferir, revelando a possibilidade de contestação por meio de grupos antagônicos.

Analisando o contexto curricular a partir do campo discursivo, é notória a existência de uma flutuação de sentidos em torno do currículo, também resultando em diferentes políticas educacionais e curriculares construídas e mobilizadas no Brasil. Dentre estes múltiplos sentidos flutuantes, compreende-se que ao longo da história o currículo deixa de ser entendido como uma grade de conteúdos que devem ser trabalhados durante o ano letivo e passa a ser uma construção de experiências, tendo como centralidade o conhecimento e aprendizagem dos estudantes.

Desse modo, os sentidos atribuídos ao currículo e as políticas-práticas curriculares surgem da e na articulação de demandas de atores e grupos sociais. Sendo assim, as tentativas de hegemonização de sentidos não ultrapassam a esfera contextual, tendo em vista a existência de horizontes discursivos que buscam saturar a universalização pretendida. Os discursos então se tornam precários, contingentes e passíveis de ser contestados por demandas antagônicas.

Ainda, estudos na área³ apontam que os documentos das políticas curriculares atuais – na contramão de uma perspectiva de currículo enquanto movimento que busca a aprendizagem dos estudantes, considerando os seus contextos – perseguem uma normatividade social a partir da padronização curricular, tendo como premissa o discurso de igualdade de acesso e qualidade da educação.

Nessa linha, as bases comuns curriculares adentram as instituições de ensino enquanto políticas neoliberais de reestruturação da escola, reverberadas

³ Estudos como os realizados por Pimentel Junior *et al.* (2021), Moreira, Pereira e Ferreira (2021) e Gabriel e Martins (2018).

em documentos curriculares que direcionam os modos que o conhecimento deve ser concebido por toda a comunidade escolar, resultando também na transformação das práticas educativas para o alcance de um ideal de educação de qualidade e formação humana.

Desse modo, essa pesquisa contribui para que sejam pensadas possibilidades outras para o currículo, sendo essas voltadas para o resgate da dimensão política e da autonomia da escola, bem como a formação integral dos indivíduos que compõem esse espaço.

Isso implica também em repensar as políticas curriculares no contexto escolar atual a partir do distanciamento de papéis que contribuem para a instrumentalização do conhecimento, resgatando a autonomia docente e a possibilidade da utilização de diferentes formas de se mobilizar o currículo, por meio da reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem no contexto da prática. Logo, a mobilização de um possível exterior constitutivo para os sentidos hegemônicos na atualidade impossibilitam a tentativa de fixação última de sentidos para a educação.

Nessa linha, temos como questão norteadora: Quais são as dimensões de hegemonização das políticas-práticas curriculares na atualidade no âmbito da produção do conhecimento?

Esse questionamento nos possibilitou traçarmos como principal objetivo desse estudo compreender as dimensões de hegemonização dos discursos em torno da qualidade da educação nas políticas-práticas curriculares da atualidade. Já como objetivos específicos, buscamos: 1. Identificar nas produções científicas (periódicos, teses, dissertações) os sentidos e os discursos apontados como hegemônicos acerca do currículo e das políticas-práticas curriculares na atualidade; 2. Analisar nas produções mapeadas as discursividades que perpassam as tentativas de estabilização das políticas-práticas curriculares na esfera educacional.

2 METODOLOGIA

Como perspectiva teórico-metodológica, utilizamos do pós-estruturalismo para a análise dos discursos que envolvem os processos de hegemonização das políticas curriculares. Dessa forma, a perspectiva pós-estruturalista possui uma visão antirrealista de produção do conhecimento, o que significa que além de descrever o mundo, a linguagem também possibilita a construção e criação daquilo se que fala, ou seja, os discursos tem poder de constituição de identidades (Mendonça; Linhares, 2021; Pimentel Junior *et al.*, 2022).

Nessa perspectiva, essa pesquisa se utiliza da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004) para análise da produção de conhecimento em torno do currículo e das políticas-práticas curriculares, entendendo como uma teoria que analisa o potencial disruptivo existente nos fenômenos sociais, para além das instituições (Mendonça; Linhares, 2021). Por isso, o discurso é concebido enquanto *práxis*, ou seja, “uma unidade complexa de palavras e ações, de elementos explícitos e implícitos, de estratégias conscientes e inconscientes” (Burity, 2014, p. 66), que possibilitam a hegemonização de sentidos em diferentes contextos. Por isso,

Definir, significar, conceituar, nomear são atos políticos na medida em que a radicalização da crítica às leituras essencialistas e deterministas, decorrente do enfraquecimento ontológico do fundamento, permite afirmar que qualquer definição significa um fechamento contingente e provisório resultante de uma operação hegemônica em meio ao jogo político no qual ela está sendo acionada. (Gabriel; Martins, 2018, p. 229)

Compreende-se que os sentidos existentes em um determinado fenômeno social são permeados por discursividades, que se constroem a partir de articulações de demandas “em um conjunto de relações de diferença e de equivalência que estruturam e marcam os limites da ordem social” (Mendonça; Linhares, 2021, p. 8). Desse modo, o discurso possui um caráter deslocado, precário e contingente, sendo um particular que se hegemoniza provisoriamente, a partir das articulações de redes políticas e relações de poder em um determinado contexto.

Diante do exposto, para atender ao objetivo específico dessa pesquisa – identificar nas produções científicas (periódicos, teses, dissertações) os sentidos e os discursos apontados como hegemônicos acerca do currículo e das políticas-

práticas curriculares –, foi realizado o mapeamento das produções científicas em diferentes bancos de dados, tendo como critérios a relevância do periódico para a área temática do currículo, a aproximação das produções com a perspectiva pós-estruturalista e a delimitação temporal dos anos de 2021 a 2023, com o intuito de compreender os debates sobre a temática na atualidade. Desse modo, o mapeamento ocorreu na revista ‘Currículo sem Fronteiras’, além do Repositório de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Pernambuco (Repositório ATTENA).

Nessa perspectiva, salientamos que alguns autores presentes nas produções científicas aqui mapeadas nos possibilitaram não apenas a construção de um referencial teórico para as nossas reflexões, como também se tornaram objeto de análise discursiva a partir de contextos outros, ampliando o debate em torno dos sentidos que envolvem o currículo e as políticas-práticas curriculares.

Para atender ao objetivo específico de analisar nas produções mapeadas as discursividades que perpassam as tentativas de estabilização das políticas-práticas curriculares na esfera educacional, analisamos: as múltiplas construções discursivas que compõem as políticas curriculares voltadas para a educação básica; os modos que esses discursos possibilitam a hegemonização das políticas curriculares; e os impactos das políticas curriculares padronizadas para o âmbito educacional.

Nessa linha, nossos estudos se aproximam de *um estado do conhecimento* – também denominado de *estado da arte* – tendo em vista que se caracteriza enquanto uma forma de levantamento bibliográfico, analisando a evolução do conhecimento científico em torno de uma temática específica.

O estado do conhecimento possibilita o diálogo entre diferentes autores da área, auxiliando a compreensão dos fenômenos sociais de forma ampla, também considerando o contexto em que estão inseridos. “Nesta reflexão, faz-se necessário considerar que a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas a influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global” (Morosini; Fernandes, 2014, p. 156).

Nesse sentido, construímos discursividades em torno do movimento de produção e tentativa de hegemonização das políticas-práticas educacionais e curriculares a partir dos discursos realizados por diferentes atores sociais que compõem essas instituições.

3 LEITURAS SOBRE O CURRÍCULO NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Foi realizado o levantamento das produções científicas do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE (Repositório ATTENA) e da revista Currículo sem Fronteiras, com delimitação temporal de 2021 a 2023, buscando por palavras-chave como currículo, discurso, pós-estruturalismo e políticas curriculares. Dessa forma, o levantamento das produções científicas buscou identificar os sentidos dados ao currículo e às políticas-práticas curriculares, bem como quais discursos são apontados como hegemônicos pelos autores e quais discursividades que perpassam as tentativas de sua estabilização na esfera educacional.

Nos quadros abaixo, podemos observar as produções científicas que utilizam a perspectiva pós-estrutural para a análise do cenário das políticas-práticas curriculares da atualidade, articuladas ou não determinadas especificidades presentes no contexto escolar, a exemplo das disciplinas escolares e contextos de educação do campo ou movimentos sociais.

Quadro 1 – Quadro de *corpus* documental do Repositório ATTENA

Título	Palavras-chave	Categoria	Ano	Autor
Currículo de licenciaturas acompanhadas pelo setor de estudos e assessoria pedagógica: articulações discursivas referentes à incorporação da educação em direitos humanos	Currículo; Licenciaturas; Ensino Superior; Articulações; Educação em Direitos Humanos.	Dissertação	2022	Alery Felinto Santana

BNCC e currículo: um estudo da construção do referencial curricular no município de Ipojuca.	BNCC; Currículo; Qualidade da Educação; Política Curricular.	Dissertação	2022	Adeilton Elias da Silva
POLÍTICAS DE REFORMULAÇÕES CURRICULARES PARA/NO ENSINO MÉDIO: configurações e sentidos de itinerários formativos a partir da Lei 13.415/2017 em escolas em tempo integral no Agreste Pernambucano Caruaru	Políticas curriculares; reformulação curricular; itinerário formativo; eletivas; ensino médio.	Dissertação	2022	Almir Antonio Bezerra
Políticas educacionais. Formação de professores. Práticas curriculares. Discursos. Educação do campo.	Educação do Campo; Redes Associacionistas; Currículo; Discurso.	Dissertação	2022	Douglas Ferreira da Silva
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS CURRICULARES: articulações discursivas em escolas no campo da Mata Sul pernambucana	Políticas educacionais. Formação de professores. Práticas curriculares. Discursos. Educação do campo.	Dissertação	2021	Vanessa Azevedo Cabral da Silva

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Quadro de corpus documental da revista Currículo Sem Fronteiras

Título	Palavras-chave	Categoria	Ano	Autor
MALDITOS OS QUE TÊM FOME E SEDE DE JUSTIÇA: discursos cristãos neoconservadores e lógicas neoliberais na educação brasileira	Currículo; Políticas educacionais; Neoliberalismo; Neoconservadorismo; Religião; Teoria do Discurso.	Artigo	2021	Gustavo Oliveira; Anna Luiza Oliveira
BASE NACIONAL COMUM PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: em foco os	BNC-Professores; Currículo; Formação de Professores.	Artigo	2021	Débora Raquel Alves Barreiros; Rosalva de Cássia Rita Drummond

jogos políticos e a responsabilização docente				
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO OESTE DA BAHIA: políticas da tradução em relatos de professores	Base Nacional Comum Curricular; Política de Currículo; Tradução.	Artigo	2021	Clívio Pimentel Júnior
O TORNAR-SE PROFESSOR(A) NO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS: tensionando as teses culturais da BNCC e da BNC-Formação.	Currículo; Formação de professoras(es); Ensino de ciências; História do currículo; Teses culturais..	Artigo	2021	Catarina de Cássia Moreira; Beatriz Pereira; Marcia Serra Ferreira
ENSINANDO POR CÓDIGOS: construindo uma docência padronizada	Políticas curriculares; Discurso; Normatividade; Cultura de auditoria; Afeto.	Artigo	2021	Rita de Cássia Prazeres Frangella

Fonte: Elaboração própria.

As produções científicas analisadas reafirmam o contexto de disputa política na qual o currículo, enquanto significante vazio do âmbito educacional se insere. Desse modo, os autores apontam um sentido de currículo enquanto uma prática discursiva que contribui para a formação – lê-se produção – de sujeitos sociais, que se constitui em meio a tensões e disputas de interesses sobre os conhecimentos e saberes válidos para os indivíduos, em um processo histórico, que envolve práticas discursivas que são, sobretudo, ideológicas e institucionais (Santana, 2022; Silva, 2021; Silva, 2022).

Dessa maneira, pensar o currículo requer considerar as flutuações de sentido que ocorrem de forma processual, tendo em vista que “o sentido de currículo passa pela ideia de inacabamento das significações, inscrito ainda na ordem do acontecimento que conjuga consigo os contextos, espaço-tempo de significação” (Bezerra, 2022, p. 71).

As interpretações são sempre *situadas*, colocadas em ação num jogo de contraposições em relação a outros aspectos que estão em jogo na política, e levando em conta também os interesses institucionais e dos

sujeitos, bem como as consequências que poderiam resultar da ação com a política (Pimentel Junior, 2021, p. 906).

A noção de uma base comum curricular mostra “[...] a contingência e os jogos de poder que configuram a emergência desta racionalidade curricular no Brasil, questionando, sobretudo, sua suposta essencialidade para alcançar uma educação de qualidade” (Pimentel Junior, 2021b, p. 5).

Desse modo, compreendendo que políticas curriculares são construídas e mobilizadas a partir de diferentes leituras do cenário político, em um processo de inclusão e exclusão de interesses e valores para o âmbito educacional (Barreiros; Drumond, 2021), podemos identificar que os sentidos atribuídos ao currículo e as políticas-práticas curriculares estão atrelados a um ideal de formação de sujeito específico, satisfazendo os interesses de determinados atores e grupos sociais inseridos em um contexto político-econômico determinado.

Ainda, os autores destacam que nos sentidos hegemônicos nas políticas curriculares atuais são aglutinadas relações de poder cruciais para o processo de formação de subjetividades, resultando na construção de um documento que pretende definir o que deve e ser ensinado e aprendido nas escolas (Silva, 2021; Silva, 2022).

Com isso, juntamente as tentativas de estabilização do que vem a ser currículo, também se articulam problemáticas que perpassam o chão da escola, como a seleção e hierarquização dos conhecimentos, a transformação do processo de ensino-aprendizagem, bem como a subalternização dos cargos exercidos pelos profissionais que a compõem, refletindo na perda da autonomia escolar frente às demais instituições sociais.

As políticas educacionais pensadas para e/ou com os professores, nos últimos tempos, tiveram as influências de diversas articulações discursivas para a produção dos textos das políticas de formação de professores e as políticas curriculares. É nesse entremeio que as práticas curriculares são recriadas, são influenciadas pelos contextos macro, mas também exercem influência nesse espaço, bem como nos contextos micro, onde os processos de influência das/nas micropolíticas envolvidas nas escolas perpassam por diversos sujeitos das práticas pedagógicas. (Silva, 2021b, p. 71).

Considerando a pluralidade de demandas existentes no jogo político e a possibilidade de transformação social, entende-se que esses sentidos, até então hegemônicos, se situam em um campo complexo e precário, sendo passíveis de contestação por grupos antagônicos. Dessa forma, o currículo pode ser permeado por uma diversidade de sentidos outros que podem ou não assumir uma nova hegemonia, através do enfraquecimento da estrutura hegemônica anterior e a sua fixação parcial.

Assumindo que os sentidos hegemônicos para as políticas curriculares atuais são encarados enquanto uma forma simplista de se pensar e fazer currículo, “existe a necessidade de empreender alguns percursos que possam auxiliar no entendimento e identificação do contexto em que foi gerada e considerar que sua elaboração perpassa amplos processos de discussões e negociações” (Gomes; Lima, 2021, p. 896).

A ideia é fazer circular textos que afirmem o diferir, questionem, por meio de diferentes perspectivas teórico-estratégicas, discursos sedimentados a respeito do currículo, problematizem discursos hegemônicos sobre qualidade da educação e reativem outras possibilidades de se pensar e fazer as políticas de currículo na contramão da racionalidade técnica (Lopes; Macedo, 2021, p. 7).

Nessa perspectiva, a luta política ocorre também a partir de jogos de linguagem e ações que permitem o ato de diferir, produzindo outros sentidos por meio de demandas antagônicas que buscam a reestruturação do papel da escola e da docência na construção e mobilização curricular.

4 DISCURSIVIDADES QUE PERPASSAM O CURRÍCULO E AS POLÍTICAS-PRÁTICAS CURRICULARES DA ATUALIDADE

A defesa de uma base comum curricular – tal como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – se assenta no discurso de resgate de certa qualidade da educação pública, perdida pela falta de capacitação dos profissionais que compõem a escola, com o intuito de garantir a igualdade acesso a educação e, conseqüentemente, a determinados saberes relevantes para a vivência em sociedade. Dessa maneira, o “direito de aprendizagem acaba por ser signifiicante de fácil adesão, uma vez que não se nega a necessidades

de direito a uma escola de qualidade em que os estudantes aprendam o que lhes é ensinado” (Barreiros; Drumond, 2021, p. 1315).

Nesse contexto, a BNCC adentra as instituições de ensino por meio de uma política de currículo padronizada, que se apresenta como um conjunto de temáticas pontuais e hierarquizadas de acordo com a sua relevância para a satisfação das demandas de um sistema neoliberal. Por isso, os critérios de seleção desses conhecimentos que compõem a BNCC são estipulados por instituições e grupos sociais que exercem certo poder sobre os rumos dessas políticas na atualidade.

Na prática, o contexto de implantação da BNCC “é marcado por uma inundação do chão da escola com orientações políticas diversas disseminadas por meio de materiais didáticos, atores partícipes das implementações, professores, coordenadores e articuladores de área, entre outros sujeitos escolares” (Pimentel Junior, 2021, p. 902), provocando uma massiva mudança no papel escola na construção de seus currículos.

Nessa linha, “a desejada autonomia das escolas na elaboração de seus currículos está sendo substituída por planos de aula e guias disponibilizados pelas instituições privadas e fundações filantrópicas, fora de ações usualmente entendidas como instituídas pelo poder público” (Araujo; Lopes, 2021, p. 4-5). Por isso, compreendemos que a construção e hegemonização das políticas curriculares obedecem a uma lógica cíclica, uma vez que os índices educacionais são construídos e fornecidos pelas próprias instituições que elaboram as políticas padronizadas, possibilitando a validade do discurso de fracasso educacional, bem como a inserção da BNCC.

Como forma de mensurar o nível de aprendizagem dos conhecimentos postos na BNCC, bem como fornecer dados a esses índices educacionais, as avaliações externas se mostram como as únicas ferramentas de validação do sucesso ou fracasso escolar e, conseqüentemente, validar uma determinada qualidade educacional a partir de um viés estritamente quantitativo.

Com isso, salientamos que as políticas-práticas curriculares e avaliativas estão imbricadas, uma vez que a tentativa de padronização do ensino também “está assente na opção do país em fazer parte do Programa Internacional de

Avaliação de Estudantes (Pisa)” (Gabriel; Martins, 2018, p. 227). Entretanto, essas avaliações se centram em disciplinas específicas, como língua portuguesa e matemática, direcionando as práticas curriculares das escolas, tendo em vista a necessidade de alcance das notas para que as instituições sejam consideradas de qualidade.

Na medida em que se opta por atuar de forma centralizada na política de currículo, há uma redução das políticas à tentativa de controlar as leituras das bases/padrões/ propostas curriculares visando alcançar (supostamente) a qualidade da educação. A política de currículo passa a ser uma estratégia calculada para determinado fim preestabelecido. São escritos parâmetros, diretrizes, orientações, propostas que vão sendo cada vez mais detalhados, tentando tornar mais explícitos os conteúdos a serem formados e as atividades escolares a serem realizadas (Lopes, 2015, p. 456).

No intuito de alcançar boas notas nas avaliações em larga escala, a BNCC se organiza em disciplinas, habilidades e códigos que devem ser trabalhados em sala de aula ao longo do ano letivo, presumindo que o sucesso escolar dos estudantes está condicionado a aprendizagem desses conhecimentos específicos e poderá ser mensurado em um viés estritamente quantitativo. Nessa linha, Frangella (2021, p. 1158) afirma que os códigos presentes nas políticas de padronização curricular se mostram como um “dispositivo de regulação do trabalho docente, que condicionam qualidade e sucesso às demonstrações cada vez mais objetivas de forma tornar o processo pedagógico auditável, uma lógica gerencial que expurga o que não pode ser objetificado, verificado, rastreado”.

Articulada a BNCC, a BNC-Formação se caracteriza enquanto uma política de formação continuada para que os professores aprendam a ensinar a BNCC (Costa; Matos; Caetano, 2021), por meio de competências necessárias que os professores devem ter para mobilizar o currículo padronizado. Com isso, é atribuída uma nova identidade para a docência, que se distancia de um ideal de professor enquanto construtor e decisor curricular.

Tais competências gerais da BNCC vão operando como ferramentas discursivas para a produção deste tipo específico de estudante na escola. É nesse mesmo cenário que a docência vai sendo enunciada como responsável pelo desenvolvimento dessas ferramentas, uma

vez que “as decisões pedagógicas [dos professores] devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências” que privilegiem o ‘saber’ e o ‘saber fazer’ [...] (Moreira. Pereira; Ferreira, 2021, p. 1218).

Tal como vem sendo defendida, a BNCC e BNC-Formação operam em uma lógica que reforça a desvalorização e a subalternização do trabalho docente, à medida que restringe a sua ação a mera execução técnica dos conteúdos propostos em seu documento. Em outras palavras, os professores não se tornam apenas dependentes de um currículo prescrito e de todas as demandas atreladas a ele, como também se tornam responsáveis pelo fracasso ou sucesso escolar.

Dessa forma, percebe-se a complexidade da mobilização de uma política de padronização do ensino de forma fiel nas escolas, pois no contexto da rotina escolar, elas podem ser traduzidas de diferentes formas, provocando também diversos efeitos para os atores que a compõem. Por isso, concordamos que “instituir um sujeito ideal, sujeito esse produto de reformulações de acordo com competências estabelecidas pelo discurso hegemônico, ignora o fato de estarmos fadados à heterogeneidade” (Pimentel Junior, 2022, p. 15).

Considerando que “a noção de um currículo formal é insuficiente para dar conta da multiplicidade de experiências interna e externa aos sujeitos, individuais e coletivas que compõem o currículo” (Lopes; Macedo, 2011, p. 36), as produções científicas analisadas apontam a possibilidade de construção de sentidos outros para os significantes que permeiam a educação, que emergem a partir da formação inicial e continuada (Silva, 2022), da possibilidade de transformações de elementos da própria BNCC, bem como dos conflitos e das dinâmicas que ocorrem na rotina de sala de aula (Frangella, 2021; Pimentel Junior, 2021).

Sempre diferentes discursos – mercado, emancipação, cidadania, mundo em mudança, qualidade de ensino, adequação à globalização, saberes universais, conteúdos básicos, justiça social, igualdade, diferença – estarão disputando a significação do que vem a ser currículo e produzindo significações imprevistas (Lopes, 2015, p. 457).

Nessa linha, “intensificar a luta, na perspectiva da construção de educação pública, de currículo que passa pela construção coletiva agonística de

diferentes grupos sociais e não centrada, controlada pelo Estado numa perspectiva neoliberal é um caminho de luta, conflito, mas possível de acordos temporários” (Bezerra, 2022, p. 92). Como já dito anteriormente, romper com as dimensões hegemônicas das políticas curriculares não significa sedimentar uma nova ordem social de forma definitiva, mas sim levar em consideração “a constante possibilidade de abertura à ação de estruturas discursivas externas ao que está sendo proposto” (Santana, 2022, p. 60), pensando em outras possibilidades de se fazer e mobilizar o currículo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomamos o sentido de hegemonia abordado na teoria do discurso de Laclau e Mouffe para compreender o processo de construção e hegemonização de sentidos, a partir das articulações discursivas que ocorrem no interior dos grupos sociais. Percebemos que para esse significante existe uma dimensão hegemônica que tenta suturar uma ordem social de acordo com interesses específicos, atrelados a um viés neoliberal. Enquanto isso, de outro lado, grupos antagônicos produzem sentidos outros para o currículo, na perspectiva de romper com as tentativas de estabilidade para essa significação.

Nessa perspectiva, pudemos identificar que as produções científicas que tomam a perspectiva pós-estrutural na análise do cenário curricular na atualidade reafirmam um sentido de currículo enquanto campo de disputas políticas, possibilitando a subjetivação dos indivíduos. Dessa forma, a luta pela hegemonização de sentidos ocorre a partir dos jogos de linguagem, sendo esses em reflexo das relações de poder que se estabelecem ao longo da história, articuladas as mudanças na dinâmica política de determinados contextos.

A partir do olhar sob as discursividades que estão em movimento nas políticas-práticas curriculares das instituições de ensino da atualidade, foi possível identificar que a BNCC - articulada a BNC-Formação – produz diversos efeitos danosos ao processo de ensino-aprendizagem e a própria ação docente, hierarquizando os papéis dos atores que compõem a escola, bem como os conhecimentos que devem ser mobilizados em sala de aula. Com isso,

percebemos que a tentativa de padronização curricular busca, a partir de suas habilidades, competências e códigos, adequar à esfera educacional uma perspectiva empresarial.

Entretanto, considerando que uma posição antagônica não surge apenas da inquietação, mas sim da articulação de demandas de um grupo para a luta política, as produções científicas analisadas indicam que os movimentos contra hegemônicos se articulam no próprio contexto da prática, através dos conhecimentos construídos durante a formação inicial, bem como os conflitos que ocorrem na rotina escolar, realizando um movimento de aproximação com os contextos e as singularidades de seus estudantes.

Dessa maneira, percebe-se que, de acordo com as análises realizadas nas produções científicas, é no cotidiano das práticas que emergem novos sentidos para o conhecimento, bem como novas possibilidades de hegemonizações e novas formas de se fazer currículo na esfera contextual, gerando abalos nas tentativas de estabilização das dimensões hegemônicas da atualidade.

Referências

ARAUJO, J. J.; HYPOLITO, A. M. Políticas Curriculares e Teoria do discurso: um estudo de caso. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 163–183, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/9145>. Acesso em: 1 mai. 2023.

ARAUJO, H. G.; LOPES, A. C. Redes políticas de currículo: a atuação da Fundação Getúlio Vargas. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa: v. 16, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BARREIROS, D. R. A.; DRUMMOND, R. de C. R. Base nacional comum para formação de professores da educação básica: em foco os jogos políticos e a responsabilização docente. *Currículo sem Fronteiras*, v. 21, n. 3, p. 1313-1326, set./dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v21.n3.18>. Acesso em: 20 set. 2023.

BEZERRA, A. A. *Políticas de reformulações curriculares para/no ensino médio: configurações e sentidos de itinerários formativos a partir da Lei 13.415/2017 em escolas em tempo integral no Agreste Pernambucano*. 2022. Dissertação

(Mestrado em Educação contemporânea) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/47624>. Acesso em: 20 set. 2023.

BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na Teoria da Hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). *Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2008.

COSTA, H. H. C.; LOPES, A. R. C.. O conhecimento como resposta curricular. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2022, v. 27. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270024>. Acesso em: 21 dez. 2022.

COSTA, E. M.; MATTOS, C. C.; CAETANO, V. N. S. Implicações da BNC-formação para a universidade pública e formação docente. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 896-909, mar. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI:
<https://doi.org/10.21723/riaae.v16iEsp.1.14924>. Acesso em: 20 set. 2023.

FRANGELLA, R. de C. P. Ensinando por códigos: construindo uma docência padronizada. *Currículo sem Fronteiras*, v. 21, n. 3, p. 1148-1168, set./dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v21.n3.10>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GABRIEL, C. T.; MARTINS, M. L. B. Políticas de avaliação e subjetivação docente: uma análise curricular pós-fundacional. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 54, p. 226–243, 2018. Disponível em:
<https://www.epublicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/36308>. Acesso em: 24 set. 2023.

GOMES, A. C. R.; LIMA, V. R.. Políticas curriculares para o ensino médio e a escassez de produções sobre o ensino da matemática. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 891-914, abr./jun. 2021. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i2p891-914>. Acesso em: 12 mai. 2023.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, A. C. Por um currículo sem fundamentos. *Linhas Críticas*, Brasília, DF: v.21, n.45, p. 445-466, mai./ago. 2015. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4581/4179>. Acesso em: 22 abr. 2023.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. Apresentação: Uma alternativa às políticas curriculares centralizadas. *Roteiro*, Joaçaba: v. 46, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro>. Acesso em: 1 set. 2023.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDONÇA, D. de. *Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: implicações teóricas e analíticas*. São Paulo: Intermeios, 2021.

MOREIRA, C. de C.; PEREIRA, B.; FERREIRA, M. S. O tornar-se professor(a) no currículo de ciências: tensionando as teses culturais da BNCC e da BNC-Formação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 21, n. 3, p. 1208-1225, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol21iss3articles/moreira-pereira-ferreira.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PIMENTEL JÚNIOR, C. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO OESTE DA BAHIA: políticas da tradução em relatos de professores. *Currículo sem Fronteiras*, v. 21, n. 2, p. 901-923, maio/ago. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v21.n2.22>. Acesso em: 10 set. 2023.

PIMENTEL JÚNIOR, C. Demandas discursivas regulatórias para “fazer a BNCC sair do papel” no Oeste da Bahia. *Roteiro*, [S. l.], v. 46, p. e23806, 2020. DOI: 10.18593/r.v46i0.23806. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23806>. Acesso em: 24 set. 2023.

PIMENTEL JÚNIOR, C.; SANTOS, H. de F.; LINHARES, K. J. da S.; AMORIM, V. L. F. R. Articulações políticas em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias no Ensino Médio. *Ensino em Perspectivas*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–23, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/7273>. Acesso em: 24 set. 2024.

SALES JÚNIOR, R. Hegemonia e pesquisa social: implicações teórico-metodológicas da Teoria Política do Discurso. in: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. M., OLIVEIRA, Gustavo Gilson S. (Orgs.). *A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife: Ed. UFPE, 2018. pp. 105-132.

SANTANA, A. F. *Currículo de licenciaturas acompanhadas pelo setor de estudos e assessoria pedagógica: articulações discursivas referentes à incorporação da educação em direitos humanos*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/46526>. Acesso em 24 set. 2024.

SILVA, A. E. da. *BNCC e currículo: um estudo da construção do referencial curricular no município de Ipojuca*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/45657>. Acesso em: 23 set. 2024.

SILVA, D. F. da. *Produção curricular na educação do campo: uma análise dos discursos dos/as docentes à luz das redes associacionistas*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021b. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43462>. Acesso em: 24 set. 2024.

SILVA, V. A. C. da. *Políticas de formação de professores e práticas curriculares: articulações discursivas em escolas no campo da Mata Sul pernambucana*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41370>. Acesso em: 24 set. 2024.